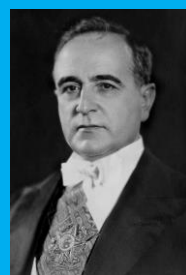




1824



1891



1934

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS



1937



1946



1967



1988

Elaboração:
Jales André dos Santos
Luciano Marcos Curi



Ficha Técnica

Nome do Produto Técnico-Tecnológico	A Educação Profissional nas Constituições Brasileiras
Tipo do Produto	Cartilha
Área do Conhecimento	Educação
Bases conceituais	<ul style="list-style-type: none">• Educação profissional tecnológica• Constituições brasileiras
Finalidade	Visa aproximar os leitores das constituições e do histórico da Educação Profissional, permitindo que consigam compreender a importância de acompanhar o processo de construção das leis e ao mesmo tempo reivindicarem aperfeiçoamentos das políticas públicas voltadas para a formação para o trabalho.
Avaliação do produto	3 profissionais que atuam na educação profissional
Disponibilidade	Irrestrita preservando os direitos autorais bem como a proibição do uso comercial
Divulgação	Impresso e em formato digital
Instituição envolvida	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro- IFTM
Idioma	Português
Cidade	Uberaba- MG
País	Brasil

Introdução

Você sabia que o Brasil teve 7 constituições ao longo da sua história?

Será que a Educação Profissional é citada em todas elas?

Qual foi a primeira constituição a citar a Educação Profissional?

As constituições são espelhos das sociedades que as criaram... O que elas dizem sobre a Educação Profissional?



“

“a história constitucional do Brasil, de conhecimento indispensável a quantos buscam estudar nossas instituições políticas e sociais, representa um dos mais profundos mergulhos na compreensão do passado nacional.”

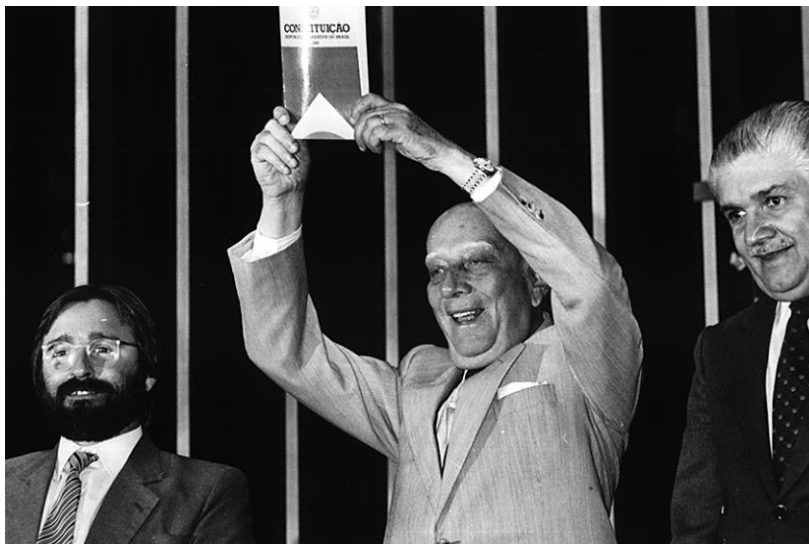
(Bonavides; Andrade, 1991, p. 5)

”



O que é constituição?

Segundo Lassale (2015, p. 33) a Constituição “não é uma lei como outra qualquer, mas sim a lei fundamental do país”. Ou seja, é o fundamento de todas as demais leis, a base do ordenamento jurídico de uma nação.



O que é Educação Profissional?

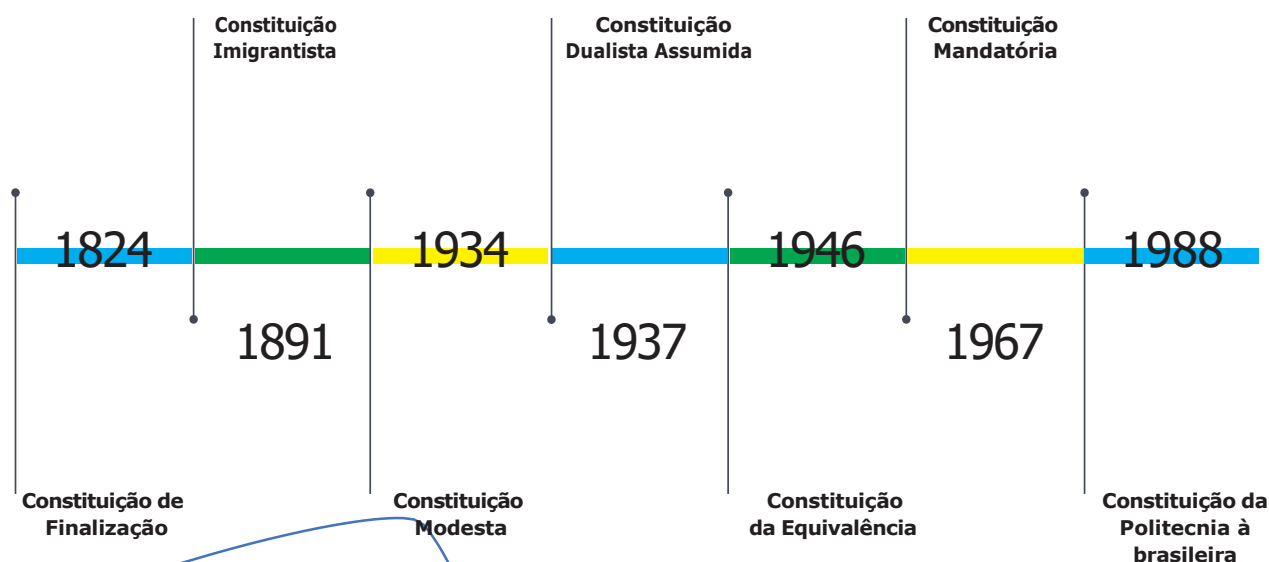
A Educação Profissional no sentido restrito refere-se àquela escolarização voltada para o Ensino Técnico e o trabalho manual.





Linha do tempo

As Constituições e a Educação Profissional



1ª Constituição Brasileira – Brasil Império (Constituição de Finalização – 1824)

Encerra as atividades das Corporações de Ofício no Brasil

Incentiva a imigração

O seu período tem um marco importante, provavelmente devido os problemas sociais causados pela marginalização social. Surgiu em 1909 a Rede Federal de Educação Profissional.

2ª Constituição Brasileira – Primeira República (Constituição Imigrantista -1891)

3ª Constituição Brasileira – Constituição da Segunda República (Constituição Modesta)

Avançou na conquista de alguns direitos sociais, mas não trouxe grandes mudanças para a Educação Profissional.

**4ª Constituição
Brasileira – Estado Novo
(Constituição Dualista
Assumida – 1937)**

A primeira a citar explicitamente a Educação Profissional como dever do Estado, mas para os pobres, reforçando o dualismo educacional entre trabalho manual e intelectual.

Foi a constituição que buscou dotar o Ensino Técnico dos mesmos direitos do Ensino Regular, ou seja, poder continuar os estudos universitários.

**5ª Constituição
Brasileira –
República populista
(Constituição da
Equivalência – 1946)**

**6ª Constituição
Brasileira – Ditadura
Civil-militar
(Constituição
Mandatária – 1967)**

Torna a Educação Profissional compulsória por meio da lei que veio depois, a famigerada Lei 5692/1971. Imposição que não trouxe benefícios para a Educação Profissional.

A constituição que aponta com maior consistência o caminho para a politecnia à brasileira, ou seja, a formação integral para todos os cidadãos.

**7ª Constituição
Brasileira – Nova
República
(Constituição da
Politecnia à brasileira
– 1988)**



Avanços e Retrocessos da EP nas Constituições Brasileiras

“ Segundo o estudioso François de Châtelet as sucessivas constituições “(...) não quer dizer que as coisas fiquem melhores, em geral”, ao passo que complementa “elas também não estão piores, em geral” (Châtelet, 1994, p. 153).

Na EP profissional tem-se os seguintes avanços e retrocessos:

A **Constituição de 1824** não trouxe avanço, pois somente **encerrou as atividades das corporações** sem deixar nada no lugar.

A **Constituição de 1891** no texto manteve o retrocesso da Constituição de 1824, porém em 1909 são criadas as **Escolas de Aprendizes Artífices**, um feito que não é diretamente constitucional, mas que se considera avanço.

A **Constituição de 1934** avançou pouco, mas tem uma **presença indireta modesta da Educação Profissional**.

A **Constituição de 1937** retrocede, pois ao passo que torna a **Educação Profissional o primeiro dever do Estado**, destinada **somente para os pobres**.

A **Constituição de 1946** avança, pois por meio da LDB de 1961 fomenta a equivalência, ou seja, busca a **superação das dualidades entre Ensino Técnico e Ensino Regular**.

A **Constituição de 1967** retrocede ao tornar a EP compulsória a partir da Lei 5692/1971, pois **sem infraestrutura**, resulta em **fracasso** e reforço das velhas dualidades.

A **Constituição de 1988** é a que mais potencializa a EP rumo **politecnia**, uma **Educação Integral**, para **todos e todas**.



Presença e ausência da EP nos textos Constitucionais do Brasil

CONSTITUIÇÃO DE 1824

não cita a Educação Profissional.

não cita a Educação Profissional.

CONSTITUIÇÃO DE 1891

CONSTITUIÇÃO DE 1934

cita a Educação Profissional, por meio do termo "profissional".

cita expressamente a Educação Profissional, por meio dos termos "pré-vocacional" e "ensino profissional".

CONSTITUIÇÃO DE 1937

CONSTITUIÇÃO DE 1946

não cita a Educação Profissional.

não cita a Educação Profissional.

CONSTITUIÇÃO DE 1967

CONSTITUIÇÃO DE 1988

cita a Educação Profissional por meio dos termos "qualificação para o trabalho" e "formação para o trabalho"



Referências

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. A educação na Constituinte de 1946: comentários. *In*: FAVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823- 1988**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 218-226.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. *In*: POLETTI, Ronaldo. **1934**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. p. 93- 155. (Coleção Constituições brasileiras, 3).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil: outorgada em 10 de novembro de 1937. *In*: PORTO, Walter Costa. **1937**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. p. 55- 94. (Coleção Constituições brasileiras, 4).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. *In*: BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **1946**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. p. 49- 98. (Coleção Constituições brasileiras, 5).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: outorgada em 24 de janeiro de 1967. *In*: CAVALCANTI, Themístocles Brandão. BRITO, Luiz Navarro de. BALEEIRO, Aliomar. **1967**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. p. 73- 134. (Coleção Constituições brasileiras, 6).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. *In*: TÁCITO, Caio. **1988**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. p. 55- 187 (Coleção Constituições brasileiras, 7).

BRAZIL. Constituição Política do Império do Brasil: outorgada em 25 de março de 1824. *In*: NOGUEIRA, Octaciano. **1824**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. p. 63- 88. (Coleção Constituições brasileiras, 1).

BRAZIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. *In*: BALEEIRO, Aliomar. **1891**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. p. 63- 90. (Coleção Constituições brasileiras, 2).

CAMPOS, Maria Regina Machado de; CARVALHO, Maria Aparecida de. **A educação nas constituições brasileiras**. Campinas: Pontes, 1991.

CHÂTELET, François. **Uma história da razão**: entrevistas com Émile Noël. Traução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CURI, Luciano Marcos. Educação Profissional: ampla ou restrita? Eis a questão... **Jornal InterAção**, ano 18, n. 932, p. 03, 02 abr. 2021.

FAVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras**. Campinas: Autores Associados, 2014.

LASSALE, FERDINAND. **O que é uma constituição?** Tradução Gabriela Edel Mei. São Paulo: Pillares, 2015.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35- 60, maio/ ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, Jales André dos. **A educação profissional nas constituições brasileiras**: um estudo histórico e educacional. 2024. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica)- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2024.